



BIBLIOTECA DE ALEXANDRIA: PROJETO DE DOMINAÇÃO ATRAVÉS DO SABER

CABRAL, Rosimere Mendes
*Estudante de doutorado do Programa
de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO*
E-mail: *rosimerecabral@gmail.com*

20

RESUMO

Discute o projeto político da Biblioteca de Alexandria no Egito antigo, a partir da produção dos conhecimentos segundo a lógica tardeana. Apresenta um levantamento histórico do surgimento da cidade, assim como da famosa Biblioteca de Alexandria, sua manutenção e destruição. Discorre sobre o projeto de dominação através do saber e da aculturação lingüística e cultural, engendrado por Alexandre Magno e seus sucessores. Aborda a importância dos usos da leitura e da escrita, durante o reinado ptolemaico, como fatores que interferiram no posicionamento intermediário obtido pela sociedade egípcia, visto que esta foi ajudada pela capacidade de ler e escrever, porém não foi transformada por ela. Analisa o depósito de documentos no centro de saber como fruto de uma sociedade envolta em relações de força e poder, cujo processo de acumulação indica um jogo que envolve práticas de memória e apagamento.

Palavras-chave: Biblioteca de Alexandria. Produção de conhecimentos. Memória.

ABSTRACT

Discusses the political project of the Library of Alexandria in ancient Egypt, from the production of knowledge according to Tardean logic. Presents a historical survey of the emergence of the city, as well as the famous Library of Alexandria, its maintenance and destruction. Discusses the project of domination through knowledge and linguistic and cultural acculturation, engendered by Alexander the Great and his successors. Addresses the importance of the uses of reading and writing during the Ptolemaic reign as factors that interfere in the intermediate position obtained by the Egyptian society, since this was aided by the ability to read and write but was not transformed by it. Analyzes the deposit of documents at a center of knowledge as the result of a society shrouded in relations of force and power, whose process of accumulation indicates a game that involves practices of memory and erasure.

Key-words: Library of Alexandria. Production of knowledge. Memory

Biblioteca de Alexandria: projeto de dominação através do saber

1 introdução

O presente trabalho pretende esboçar uma reflexão acerca da criação, manutenção e destruição da Biblioteca de Alexandria através das concepções de produção e circulação de conhecimentos que alimentaram a construção desta biblioteca, no Egito, a partir da obra de Gabriel Tarde “La psychologie économique” sobre a produção dos conhecimentos. Primeiramente, será feita uma apresentação do cenário egípcio na antiguidade e as



implicações políticas que envolveram o projeto de dominação engendrado por Alexandre Magno, assim como os usos políticos da memória e do esquecimento; em seguida, será feita uma análise deste projeto, a partir das idéias de Tarde.

Em busca de uma compreensão do projeto político de construção da Biblioteca de Alexandria é preciso reconstruir historicamente a sua criação. Inicialmente, será apresentado o surgimento da cidade e a criação da Biblioteca de Alexandria a partir de um olhar crítico que parte dos dados históricos para analisar o projeto político que a envolve. Depois será abordado o processo de destruição do centro de saber, e em seguida, uma análise da produção de conhecimentos que permeia seu projeto, sob a ótica tardeana.

1.2 Fundação e origem

Alexandria foi fundada por Alexandre Magno em aproximadamente 332 a.C., como parte de seu projeto de formação de um império universal. Idealizou uma grande cidade que se tornou a mais importante do império helenístico¹ e seus sucessores continuaram seu projeto ao construírem um grande centro de saber.

Alexandre Magno (336-323) nasceu da união de Filipe, o realista, e de Olímpias, a mística, tendo como antepassados míticos, por parte de pai, Zeus e Heracles, Aquiles e Príamo por parte de mãe. Seguiu os ensinamentos de Aristóteles, adquirindo a cultura helênica através da leitura de Píndaro, Heródoto e Eurípides. Segundo seu mestre, Aristóteles, Alexandre acreditava que a moderação está na base das monarquias e herda dos seus pais a prudência, a inspiração, a reflexão e a intuição, assim como os acessos de cólera (LÉVÊQUE, 1987, p. 9-11).

Neste período, a mudança de uma tradição oral para a escrita, o que não significa a mudança de uma sociedade oral para uma letrada – esse é um fenômeno muito recente – ocorreu na virada do século V para o IV a.C., coincidindo com a prática comum da leitura privada de rolos de papiro, justamente na época em que viveu Aristóteles, discípulo de Platão, que se tornou “um leitor contumaz” e até formou uma biblioteca particular, segundo relatos de Fischer (2006, p. 49-50). O uso da escrita por Platão visava a preservação dos “ensinamentos orais de seu mestre”. Outros filósofos usaram a escrita para difundir conhecimentos

¹ O período helenístico é considerado por Toynbee (1975, p. 18-19) como iniciando-se em fins do segundo milênio a.C. e finalizando no século VII da Era Cristã. Mantendo sua essência cultural e social, a identidade helênica se corporificava em sua instituição básica, a cidade-Estado helênica, onde seria aceito como heleno qualquer habitante da Hélade, não importando qual a sua origem e formação.



adquiridos, tornando assim o sentido da leitura como: “compreender, obter conhecimento e, depois, criar algo com base no texto escrito”, uma expansão transformadora da prática de leitura que é reconhecida até os dias atuais.

Alexandre assumiu o reinado após a morte de seu pai Filipe que morreu em 336, apunhalado por Pausânias, época em que Alexandre tinha apenas 20 anos e por ser o primogênito, é proclamado rei pelo exército. Seus ideais de conquistar e civilizar o mundo são então colocados em prática por meio de grandes batalhas, chegando a conquistar terras muito longínquas como o Oriente e a Ásia, chegando até a Índia.

O controle das cidades conquistadas é conseguido com a manutenção da administração às quais estavam habituadas:

[...] assim, tem a sabedoria de não querer unificar um Império polimorfo e de manter em cada região a administração a que ela está habituada. Esta política de colaboração completa-se através de uma política muito mais ambiciosa e concebida de uma forma radicalmente nova. Alexandre não comunga do ideal pan-helênico, não quer submeter e humilhar o Bárbaro mas, sim, fundi-lo com o Grego num conjunto harmonioso onde cada um terá a sua parte. (LÉVÊQUE, 1987, p. 14).

Com essas atitudes Alexandre mantém o poder e o controle das cidades conquistadas e expande a cultura grega por vastas regiões, mas somente Alexandria atinge a glória como uma das mais belas cidades do mundo. As estratégias usadas pelo conquistador para expansão da cultura grega demonstram sua habilidade política para com os povos dominados e as imensas regiões conquistadas. Ao promover os casamentos entre povos distintos, permitia uma fusão cultural e lingüística entre os mesmos, atingindo assim seus planos de dominação através da clivagem étnica e cultural.

Para Lévêque (1979, p. 39), a cidade era uma grande metrópole cosmopolita e a mais importante do mundo helênico. Um lugar onde conviviam povos distintos como gregos, egípcios, sírios e judeus, uma verdadeira miscelânea de povos, culturas e costumes. Tal variedade permitia uma valiosa efervescência que seria habilmente utilizada como uma estratégia de aculturação lingüística e cultural, como veremos adiante.

Após a morte de Alexandre Magno em 323 a.C., o vasto império foi dividido entre seus generais e o Egito coube a Ptolomeu I que só se proclamou rei dezesseis anos depois, fundando a dinastia que governou o Egito até este se tornar um estado satélite romano, aproximadamente três séculos depois (FLOWER, 2002, p. 17;19). Ptolomeu I era um homem de letras e, ligado a tudo referente ao intelecto, procurou se rodear de conselheiros



inteligentes. Um desses sugeriu pela primeira vez a criação de uma biblioteca real, sendo a sugestão aprovada pelo rei com todos os recursos possíveis.

O sucessor de Ptolomeu I Sóter foi Ptolomeu II Filadelfo, que se casou com sua irmã Arsinoé II. A seu respeito, Flower (2002, p. 21) narra o seguinte:

Apaixonado colecionador de livros, Ptolomeu II Filadelfo adquiriu todos os papiros e rolos que podia conseguir, até mesmo bibliotecas inteiras, como a de Aristóteles, embora os historiadores tenham discutido durante séculos se realmente a obteve inteira. Assim, ao final de seu reinado de quase quarenta anos, os livros transbordavam da Biblioteca para os escritórios e armazéns reais, por isso foi tomada a decisão de construir uma segunda biblioteca para abrigá-los. O projeto foi concretizado por seu filho Ptolomeu III Evergeta (filho de Ptolomeu II Filadelfo e de sua primeira esposa, Arsinoé I), e uma biblioteca filha foi incorporada ao vasto Serapeum.

Percebe-se aqui um uso político do conhecimento através da pilhagem de rolos, visando a uma acumulação e apropriação de saberes, como será visto adiante. Sobre a biblioteca filha, sabe-se que foi construída visto que os rolos de papiro transbordavam da Biblioteca de Alexandria para os escritórios e armazéns reais e seu acervo era constituído pelas melhores cópias elaboradas a partir das boas edições feitas no museu (que assim como a biblioteca filha, fazia parte do vasto Serapeum), localizados no bairro de Racótis, que abrigava os centros de saber. Ela era freqüentada por pessoas estranhas ao museu, ou melhor, por pessoas da própria cidade, diferentemente do movimento de eruditos e sábios que freqüentavam a biblioteca principal.

Ptolomeu II Filadelfo, assim como seu pai e avô, também era um grande admirador das artes e bibliófilo apaixonado, gastou grandes fortunas ao adquirir carregamentos inteiros de livros, códices e papiros raros. Ao final seu reinado, a tranqüilidade vivida dentro do Museu e da Biblioteca chegou ao fim com os sucessores de Ptolomeu que, devido aos casamentos entre primos e irmãos, foram vitimados pela degenerescência e ataques de loucura. Esses sucessores demonstraram hostilidade com o grande centro de saber e cultura (FLOWER, 2002, p. 22).

Para uma melhor compreensão do significado da reunião desses milhares de rolos de papiros buscou-se o conceito de documento discutido por Dodebei por meio de atributos a ele relacionados, como formação e suporte físico. Tais atributos, no entanto, não são suficientes para distinguir documento de objeto. A autora, então busca outros atributos, como prova ou testemunho de uma ação cultural, culminando assim no complexo conceito de memória social. Para Dodebei (2001, p. 60) a memória pode ser vista como a “manutenção de qualquer



recorte de ações vividas por uma sociedade”, levando assim ao congelamento das ações escolhidas com o intuito de promover a preservação daquele momento social. A escolha dessas ações representa a sua duplicação em móvel e imóvel, implicando então na noção de representação e, conseqüentemente, de memória.

A memória social para Dodebei (2001, p. 60) “é assim retida, por meio das representações que processamos, quer na esfera pessoal – memória individual – quer na esfera pública – memória coletiva”. Há, portanto, duas formas de representação: através da reprodução, como “duplicação de textos, sons e imagens”, e por “isolamento de um objeto”, no caso de um único exemplar. O conceito de documento pode ser compreendido como um “constructo”, reunindo três proposições: unicidade, virtualidade e significação. No primeiro, unicidade, entendemos que os documentos como “objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência”, visto que não se reúnem em categorias específicas.

A segunda, virtualidade, leva a uma classificação do objeto, pois a “atribuição de predicados ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva” (DODEBEI, 2001, p. 64). Significação, a terceira das proposições, indica que a transformação dos objetos usados no cotidiano em documentos é intencional, o que os constitui em categoria de tempo e circunstância.

A partir dessas proposições, é possível afirmar que “não existe memória sem documentos, uma vez que estes só se revelam a partir de escolhas circunstanciais da sociedade que cria objetos” (DODEBEI, 2001, p. 64).

Em Alexandria tal memória foi construída através dos documentos reunidos na biblioteca, visto que estes representavam as escolhas dos soberanos e dos bibliotecários que indicavam quais obras seriam armazenadas na biblioteca real e quais iriam para a biblioteca filha, num processo incessante de depositar todas as obras disponíveis e em todas as línguas, afirmando assim a primazia sobre outros povos e o domínio cultural advindo deste processo de montagem do acervo.

Nas palavras de Le Goff (1990, p. 545, 547-548) significa que o processo de acumulação dos escritos não é neutro.

É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram [sic], mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades



históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.

O acervo foi formado com o apoio das gerações dos Ptolomeu que, ao incentivarem o acúmulo de rolos nas estantes das bibliotecas, possibilitaram seu crescimento, fortaleceram o domínio cultural e lingüístico, além da imagem de si próprios que construíram através do esforço consciente ao reunirem os documentos-monumentos durante séculos de existência das bibliotecas. Em outras palavras, o documento é fruto de uma sociedade que o criou envolta em relações de força e poder que estão na base da produção dos escritos, assim como de sua preservação ou apagamento, conforme visto no Egito, num jogo que envolve práticas de memória e esquecimento.

Retomando o histórico do centro de saber, encontra-se Demétrio Falereu que foi o grande influenciador de Ptolomeu I Sóter na formação e construção da primeira grande biblioteca, tendo chegado em Alexandria na primavera de 304 a.C., com pouco mais de quarenta anos. Demétrio nasceu numa família rica e influente, recebeu a melhor educação e estudou no Liceu de Aristóteles, convivendo com grandes filósofos, poetas e oradores de seu tempo. Sua formação teria influenciado a sugestão que dera ao rei

[...] um centro de cultura e pesquisa em Alexandria que rivalizaria com os de Atenas, Pérgamo e Cirene, e transformaria a cidade no epicentro da erudição. O resultado foi a formação do que se tornaria a primeira grande biblioteca e centro de pesquisa internacional. Abrigado ao recinto real, o acesso ao Museu e à Biblioteca era limitado de início aos convidados do rei. Mas rapidamente, à medida que o número de rolos e códices cresceu e que sábios locais e estrangeiros eram convidados a estudar ali, o local se transformou em um lugar de estudo público para eruditos reputados [...] (FLOWER, 2002, p. 25).

Em busca da realização deste projeto, Ptolomeu I enviou emissários aos centros acadêmicos do Mediterrâneo e Oriente Médio com a missão de comprar ou mesmo surrupiar trabalhos dos principais filósofos, poetas, matemáticos e dramaturgos. Outro método utilizado foi a revista de todos os barcos que atracavam no porto de Alexandria, procurando manuscritos que, ao serem encontrados, eram confiscados e mantidos em armazéns para posterior cópia, e muitas vezes sequer eram devolvidos.

Segundo Jacob (2000, p. 45), a biblioteca então formada era um depósito de livros, no sentido grego do termo, onde rolos de papiros eram arrumados em estantes, em nichos ou contra as paredes. Seus leitores eram sábios e homens de letras que liam, conversavam, e talvez ensinassem a uns poucos alunos em galerias cobertas.



A miscelânea de povos na cidade de Alexandria ao reunir num mesmo lugar gregos, judeus, núbios, egípcios, colonos, militares e aventureiros, assim como a pretensão de abrigar uma biblioteca universal que abarcasse toda a memória do mundo numa cidade nova, mostra que os soberanos pretendiam afirmar a “primazia da língua e da cultura gregas, dotar sua capital com uma memória e raízes artificiais” (JACOB, 2000, p. 47). Neste sentido, a idéia da biblioteca como podendo constituir um “quadro social da memória”, segundo o que propõe Namer, poderia ser questionada, já que esse quadro social, no sentido rigoroso do termo, tem como estofa as tradições familiares, religiosas e de classe de um determinado grupo ou região. Ora, a memória que se visava constituir através da Biblioteca de Alexandria, contudo, é uma memória que não se enraíza em nenhuma tradição local: trata-se de uma memória construída artificialmente, a partir de raízes inventadas ou impostas. Essa memória artificial foi construída a partir da fundação da cidade, da criação da biblioteca e do museu, como forma de compensar a marginalidade geográfica através da simbologia obtida com a grandiosidade e importância do centro de saber. Não satisfeitos com suas tradições ou sua origem, os governantes inventavam uma, como forma de legitimar e engrandecer o seu poderio: eis aqui um propósito político importante na fundação da Biblioteca de Alexandria, onde o saber se encontra claramente a serviço do poder.

Ao reunir num só local todas as obras escritas e em todas as línguas, num processo de apropriação lingüística e cultural, por meio de cópias, traduções e reelaborações dos mais importantes escritos, construiu-se numa cidade nova uma memória artificial, permitindo que através dessa memória escrita o Egito obtivesse vantagem na rivalidade política com outras potências mediterrâneas.

Uma nova relação com o tempo e o espaço é fundada com a criação da biblioteca de Alexandria, pois segundo Jacob (2000, p. 51):

Há o tempo da busca dos livros, de sua acumulação progressiva que visa criar uma memória total, universal, abolindo a distância com o passado para propor num mesmo lugar de conservação todos os escritos humanos, os vestígios do pensamento, da sabedoria e da imaginação. A coleção afirma uma vontade de domínio intelectual ao impor uma ordem à acumulação de livros e de textos provenientes de regiões e de épocas muito variadas.

O acúmulo de milhares de rolos nas estantes da grande biblioteca indica uma vontade de domínio através do saber, ao reunirem todo o conhecimento produzido no mundo, num só lugar, em Alexandria.



1.3 Declínio e destruição

O declínio da cidade de Alexandria teve início com Ptolomeu V Epifânio (que significa manifestação de Deus), filho de Ptolomeu Evergeta com sua irmã Arsinoé III. Este soberano subiu ao trono em 205 a.C. e seu reinado durou vinte e quatro anos. Ele perdeu todas as áreas externas ao seu país que haviam sido conquistadas com tanta glória por seus antecessores. Devido a essas perdas, foi necessário pedir socorro a Roma, o que significou o declínio político do Egito e sua decadência como potência dominante, sendo relegada a uma posição inferior. O período da primeira metade do século II a.C. foi um dos piores da história para o reino ptolemaico, pois os irmãos Ptolomeu VI e VII lutaram pelo poder por quase sessenta anos e impulsionaram a total dependência do Egito a Roma (FLOWER, 2002, p. 89-90).

A fuga de cérebros do mais célebre centro de erudição e a perda de patrocínio real enfraqueceram o pensamento e a cultura alexandrinos, no entanto, alguns homens permaneceram e fomentaram campos do conhecimento como Geometria, Gramática, Astronomia e Física pelos quais as escolas de Alexandria ficaram famosas (FLOWER, 2002, p. 91).

A dependência do Egito à Roma permaneceu, e por volta de 48 a.C. ocorreu um grande incêndio em Alexandria. Julio César em perseguição a Pompeu, sem saber que este estava morto, seguiu para Alexandria e ao desembarcar apresentou-se como um grande *imperator* romano deixando a população revoltada (visto que sua independência estava abalada). César conseguiu em pouco tempo conciliar os irmãos Ptolomeu XIII e Cleópatra VII que lutavam pelo trono. No entanto, a paz não durou muito e a cidade foi atacada pelo exército egípcio enviado pelo Rei que fora persuadido por Pôncio, que detestava Roma. A desvantagem de César era grande e enquanto suas tropas defendiam o palácio, ordenou que incendiassem a cidade e assim venceu a guerra. Contudo, não só os navios queimaram em chamas, mas também os armazéns onde muitos códices e papiros estavam armazenados. O fogo se alastrou para a região do Bruquión onde se localizavam a Biblioteca e o Museu, e grande parte desse centro cultural foi perdido. De fato o incêndio destruiu grande parte do acervo, marcando a primeira das várias catástrofes sofridas pela biblioteca alexandrina original. (FLOWER, 2002, p. 106-108).



Assim, as principais áreas de estudo e pesquisa alexandrinas foram bastante afetadas, visto que as obras de gramática e matemática foram perdidas, o que possibilitou maior espaço para a filosofia com seus estudos sobre a mente e a alma.

O reinado de César e Cleópatra VII fez reviver, apesar do grande incêndio, o antigo prestígio do centro de saber, pois a Biblioteca Filha no Serapeum não foi atingida e assim tornou-se o epicentro da ciência alexandrina. Algumas escolas como as de Matemática, Medicina e Ciências foram revigoradas pelo patrocínio real, como haviam feito os sucessores de Alexandre Magno. Uma grande obra com cerca de três mil e quinhentas críticas e apreciações de poetas gregos, baseadas em antigos escritos de estudiosos alexandrinos, foi feita pelo gramático Dídimo que usou as obras de referência restantes do grande incêndio (FLOWER, 2002, p. 108-109).

Cleópatra VII, mulher inteligente e pragmática, foi uma grande patrocinadora das artes e cultura alexandrinas e tentou resgatar a importância que a cidade tivera outrora nos reinados dos três Ptolomeu. Após a morte de César, direcionou seus encantos a Marco Antônio que lhe deu de presente boa parte das obras da famosa biblioteca de Pérgamo (capital da província romana da Ásia), ajudando assim a contrabalançar, de certa forma, as perdas causadas pelo grande incêndio. O total das obras é duvidoso: alguns relatos diziam chegar a duzentos mil rolos, mas não há prova concreta da quantidade de volumes presenteados. Cleópatra VII suicidou-se em 30 a.C. após a derrota de Marco Antônio na Batalha de Áccio, pondo fim ao reinado ptolemaico de três séculos, pois seu filho e co-governante Ptolomeu XV (Cesário) e seu meio-irmão Antilo, filho de Antonio, foram assassinados por ordens de Otávio, deixando assim o Egito como província romana. Sob o domínio romano, o centro de saber alexandrino perdurou por mais de dois séculos, apesar da perda de rolos no incêndio e do patrocínio real de outrora (FLOWER, 2002, p. 111-113).

A Biblioteca Filha no Serapeum sofreu em 391 d.C. um grande ataque que a destruiu, interrompendo a movimentação do centro de saber alexandrino que durou quase quatro séculos. A destruição ocorreu durante o reinado de Teodósio que lutava contra o paganismo e sancionou a destruição de todos os locais de culto não-cristão. Acredita-se que muitos manuscritos preciosos foram levados para locais seguros no Egito ou mesmo colocados em esconderijos em Alexandria (FLOWER, 2002, p. 180-181).

O ano de 642 d.C. marcou o fim de uma era para a cidade de Alexandria, quando o Egito foi conquistado pelo general árabe Amr Ibn Al As, em nome do califa Omar (Omar Ibn Al-Khattab 581 – 644 d.C., segundo califa maometano), pondo fim aos quase nove séculos de



domínio greco-romano. O fim para Alexandria veio após a abertura da rota para o Oriente através do Cabo da Boa Esperança, que encerrou o comércio da cidade, até que em fins do século XVIII ficou reduzido a Racótis, antigo vilarejo de pescadores da época de Alexandre Magno (FLOWER, 2002, p. 192-193).

1.4 O projeto político da Biblioteca de Alexandria

Quando Alexandre Magno projetou a cidade de Alexandria, incluindo a biblioteca, pretendia construir uma grandiosa cidade onde pudesse, juntamente com as inúmeras conquistas que chegaram até a Ásia e Oriente, expandir a cultura grega e ainda atingir seus ideais de conquistar o mundo (LÉVÊQUE, 1987, p. 14).

O projeto da biblioteca visava reunir todas as obras e cópias produzidas no mundo, no sonho de criação da Biblioteca Universal, adquirindo-as através de compras de carregamentos de livros, de bibliotecas inteiras e até mesmo de roubos, projeto que seguia a idéia de dominação grega de Alexandre. As obras escritas em idiomas estrangeiros eram traduzidas para o grego, sendo muitas vezes reelaborações e compêndios que funcionavam como obras sagradas para os povos dominados. Assim, respeitando-se a religião local através da tradução de obras sagradas, seria mais fácil dominar os povos das cidades conquistadas, abrindo as portas não só das suas cidades como também de suas almas. É deste modo que Canfora (1988, p. 28) apresenta o projeto da biblioteca como instrumento de dominação:

Com as armas dos macedônios, em poucos anos os gregos tornaram-se a casta dominante em todo o mundo conhecido: da Sicília à África do Norte, da península balcânica à Ásia Menor, do Irã à Índia e ao Afeganistão, onde se detivera Alexandre. Os gregos não aprenderam a língua de seus novos súditos, mas compreenderam que, para dominá-los, era preciso entendê-los, e que para entendê-los era necessário traduzir e reunir seus livros. Assim nasceram bibliotecas reais em todas as capitais helênicas: não apenas como fator de prestígio, mas também como instrumento de dominação. Nessa obra sistemática de tradução e aquisição, coube um lugar de destaque aos livros sagrados dos povos dominados, por ser a religião, para quem pretendia governá-los, como que a porta de suas almas.

Como explica Jacob (2000, p. 45), Alexandria não era um modelo de catedrais do saber como as bibliotecas de hoje. Era, sim, uma biblioteca de Estado, mas sem público, pois sua finalidade era acumular todos os escritos da terra no palácio real, e não difundir o saber de forma a educar a sociedade.



A reunião de todo esse acervo num só lugar mostra o exercício do poder dos soberanos ao longo dos séculos de existência da biblioteca, como uma “memória cumulativa dos saberes das elites do poder”: afinal o saber ali armazenado era restrito ao rei, seus descendentes, sábios e eruditos. As inúmeras conquistas engendradas por Alexandre e seus sucessores, compreendidas no período helenístico direcionam suas explicações sobre como era possível manter o domínio sobre território tão vasto e povos tão diversos. A princípio, para tentar compreender algumas dessas explicações, será necessário analisar o império romano e as conseqüências da sua dominação e alguns povos.

O período helenístico começou em fins do segundo milênio a.C. e se estendeu até o século VII da Era Cristã, preservando sua identidade desde o início, como assinala Toynbee (1975, p. 15, 19):

Sua essência não foi geográfica ou lingüística, mas social e cultural. O helenismo foi uma forma de vida característica, corporificada numa instituição básica, a cidade-Estado helênica, seria aceito como heleno², não importando qual a sua origem e formação.

Essa cultura helênica foi preservada mesmo durante o período de domínio romano, como mostra Momigliano (c1991, p. 9): foi imprescindível, para que o imperialismo romano pudesse se estabelecer, “a cooperação de intelectuais gregos com políticos e escritores italianos na criação de uma nova cultura bilíngüe que deu sentido à vida sob o domínio romano”.

Os povos conquistados foram influenciados pela cultura, religião e literatura gregas, assim como os gregos assimilaram as tradições dos povos dominados. Pode-se destacar maior interação entre romanos e gregos após a dominação romana, mas também entre gregos e judeus ou celtas e iranianos, transparecendo forte impacto nas relações intelectuais (MOMIGLIANO, c1991, p. 13). A manutenção dos territórios conquistados baseava-se assim na assimilação e respeito às culturas locais, organização administrativa e política, esta com

² Helenos significa habitantes da Hélade, e presumivelmente adquiriu o sentido mais amplo de membros da sociedade helênica pela sua utilização como denominação conjunta dos diversos povos, os anfitriões (vizinhos) que administravam os templos em Delphos e nas Termópilas e organizavam os jogos Pítios, ligados a tais santuários. Assim, a instituição da cidade-Estado não é, em si, característica peculiar do sistema de vida helênico. O que caracteriza o helenismo é a utilização dessa instituição como meio de dar expressão prática a uma determinada concepção do universo. No século V a.C., o filósofo helênico Protágoras de Abdera deu forma a tal pensamento, na celebrada frase ‘o homem é a medida de todas as coisas’. Na linguagem tradicional judaico-cristã-muçulmana poderíamos dizer que os helenos viam no homem o ‘Senhor da Criação’ e o adoravam como um ídolo, ao invés de Deus. (TOYNBEE, 1975, p. 18).



um forte poder central, de forma a conseguir alianças políticas com os diversos povos e facilitar a governabilidade.

Este modo de dominação pelo saber e assimilação cultural, mais do que pela violência, foi utilizado por Alexandre em sua própria vida pessoal: ele próprio realizou um casamento “misto”, fornecendo o exemplo tanto para seus correligionários quanto para os povos dominados, neste caso específico para os persas. Plutarco narra algumas das estratégias utilizadas por Alexandre para estender o seu poder sobre os persas, e pode-se ver como elas foram baseadas em grande parte no saber, na cultura e na assimilação do conhecimento:

[...] determinou que ensinassem a língua grega a trinta mil crianças escolhidas e as exercitassem no uso de armas macedônias, e nomeou grande número de instrutores. (PLUTARCO, [198-?], p. 176-177).

Para Finley (1988, p. 150) a religião politeísta facilitava a introdução de deuses e novos atributos culturais. O politeísmo teve seu apogeu durante o período helenístico, pois com a grande fusão religiosa advinda da nova sociedade formada a partir das conquistas e expansões territoriais, obtinha-se a mistura de povos distintos. A expansão da língua grega facilitou o domínio dos povos conquistados, além da assimilação de novas culturas, costumes, religiões, etc.

A assimilação da língua, costumes, etc., é usada ainda hoje por muitos países e sociedades para que possam expandir seus mercados consumidores. Outra forma que data de tempos remotos é o uso de guerras para ampliação de áreas dominadas, com objetivos variados como construção de império universal, no caso de Alexandre Magno, novos mercados consumidores, riquezas minerais e vegetais.

Num livro importante do campo da ciência política, *Império* (2001), Antonio Negri e Michael Hardt mostram que as estratégias políticas utilizadas hoje, num período de globalização, são próximas daquelas utilizadas nos períodos de expansão imperial, como na Macedônia ou em Roma. Esses autores apontam que diferentemente do período moderno, no qual se procurava preservar as fronteiras que delimitavam a identidade territorial ou cultural de um país, na pós-modernidade a assimilação cultural se tornou uma estratégia do poderio econômico e político, já que permite expandir o mercado mundial e a possibilidade de consumo (NEGRI; HARDT, 2001). Desse modo, o recurso à cultura e ao saber se tornaram estratégias políticas fundamentais no mundo contemporâneo.

O uso da cultura como um recurso é assinalado por George Yúdice (2004, p. 11):



A cultura é hoje vista como algo em que se deve investir, distribuída nas mais diversas formas, utilizada como atração para o desenvolvimento econômico e turístico, como mola propulsora das indústrias culturais e como fonte inesgotável para novas indústrias que dependem da propriedade intelectual.

Sabe-se, contudo, que não é de forma neutra que os horizontes humanos são ampliados pela informação e pelo saber. Os conhecimentos jamais são neutros; eles são instrumentos de poder e podem ser utilizados com propósitos políticos, como o foram na Antiguidade. Em outras palavras, o documento é fruto de uma sociedade que o criou envolta em relações de força e poder que estão na base da produção dos escritos, assim como de sua preservação ou apagamento, conforme visto no Egito, num jogo que envolve práticas de memória e esquecimento.

A escrita egípcia teve forte influência no processo memorativo desta civilização, propósitos políticos – ligados também ao acúmulo de escritos em bibliotecas e arquivos; assim como influenciou as práticas de esquecimento, apagamento das memórias e vestígios de outros povos e reinos, com o intuito de facilitar o processo de dominação de vastas regiões. Apesar da importância da escrita, os egípcios não alcançaram prestígio por meio de “uma história discursiva ou analítica”, nem houve a “criação de uma epopéia oral própria”, muito menos de “escrituras sagradas”. Tal falta manteve os egípcios “em uma posição intermediária comum”, de forma que “sua sociedade” foi “auxiliada pela capacidade de ler e escrever, mas não transformada por ela”, conforme interpretação de Fischer (2006, p. 35).

É a partir deste questionamento que a Biblioteca de Alexandria será analisada: uma lógica da apropriação exclusiva de conhecimentos – inclusive pilhagem.

Tarde (1902) a partir da oposição entre riquezas e conhecimentos, propõe que, diferentemente da lógica marxista, os conhecimentos sejam analisados cada vez menos como mercadorias. Ao comparar as mercadorias aos conhecimentos, estes seriam bens “inteligíveis, inapropriáveis, não-cambiáveis e inconsumíveis”, e aquelas como bens “tangíveis, apropriáveis, cambiáveis e consumíveis”. Cada uma das categorias será agora analisada em busca de uma compreensão do modelo tardeano.

Na área da economia política, as categorias como: troca, valor, propriedade, produção, trabalho, etc., estão passando por uma crise em virtude da emergência do momento no qual os conhecimentos são integrados ao fenômeno econômico, isso se deve ao fato de não serem bens “raros”. O sentido de raridade compreende a necessidade daquele que participa tanto do trabalho quanto da troca de mercadorias, ou seja, enquanto alienação e despojamento. Para



Tarde (1902) surge “uma fronteira” na ligação entre riqueza e conhecimento a partir do momento no qual o conhecimento passa a ser reconhecido como um modo de produção específico, e sua subjetividade não é expressa segundo os princípios da raridade e da necessidade. Dito de outro modo, devido ao fato da natureza da atividade subjetiva e do objeto implicarem a necessidade da livre produção e da livre socialização dos conhecimentos, a lógica capitalista não é mais suficiente para responder a essas questões. Ergue-se então a tal fronteira ou crise devido à impossibilidade de se manter o comando e de ditar as modalidades de produção (divisão do trabalho), assim como a socialização (ou mercado) dos conhecimentos.

A riqueza enquanto categoria pensada sob este aspecto indica uma outra concepção, diferente daquela vista pelos economistas clássicos, a saber: os bens não são mais cambiáveis, apropriáveis e consumíveis, são na verdade o oposto. O conhecimento deixa de ser um produto, um bem material como o são as mercadorias. Ele não é cambiável, pois não se pode explicá-lo por meio da transmissão de mercadorias, visto que a comunicação dos conhecimentos não requer a alienação e o despojamento, ou seja, quem transmite conhecimentos não os perde, não há despojamento no processo de socialização dos conhecimentos.

O conhecimento como um bem inapropriável não exige a exclusividade da sua propriedade no processo de troca, conforme o caso das mercadorias. Por este prisma, o conhecimento não precisa que alguém possua a sua propriedade exclusiva para que ele satisfaça a uma necessidade nem que seja trocado, pois o conhecimento representa um bem cuja propriedade é coletiva. Já as mercadorias de acordo com a lógica marxista, necessitam de propriedades exclusivas e individuais.

Partindo dos critérios usados pela economia política, a categoria inconsumível dos conhecimentos significa que somente a troca de bens materiais indicaria a satisfação dos desejos, visto que os produtos são trocados e seu consumo é destrutivo. Sob este prisma, o conhecimento ao ser consumido não mais se extinguiria, como ocorre com as mercadorias segundo a lógica marxista; pelo contrário, aquele que socializa o conhecimento, numa cooperação entre cérebros, participa do ato de dar e reter ao mesmo tempo, ou seja, uma qualidade específica da memória. Neste caso, aquele que dá não está perdendo conhecimento, mas sim trocando, socializando. Dito de outra forma, o conhecimento passa a ser dado e retido ao mesmo tempo, sem perdas, sem empobrecimento, mas sim como difusão e contribuição.



Tarde mostra que o conhecimento, por ser inapropriável, não necessita ser propriedade exclusiva de uma pessoa para que seja trocado e satisfaça a uma necessidade. O conhecimento é bem não-cambiável, posto que para Tarde (1902) quem transmite conhecimentos, não os perde, nem se despoja deles ao socializá-los. Logo, poderíamos pensar que os conhecimentos – transmitidos pelos eruditos que freqüentavam o centro de saber de Alexandria – não representam uma perda e sim uma socialização, visto que não há empobrecimento daquele que possui conhecimentos; pelo contrário, a difusão destes contribui para o aumento do valor próprio do conhecimento, de tal maneira que as idéias são possuídas de uma forma diferente das riquezas que são fabricadas. Ainda sobre o conhecimento, Tarde nos diz que é inconsumível, visto que seu consumo não pode ser considerado destrutivo, mas sim viabiliza aquele que cria conhecimentos e dessa forma, tanto o consumo como a produção coincidem na produção de conhecimentos.

Para melhor compreensão, Tarde (1902) propõe analisarmos sob a ótica marxista a produção do livro, como produto material e imaterial ao mesmo tempo, tendo um duplo valor: um valor venal (venda) por ser “tangível, apropriável, cambiável e consumível”, visto assim como mercadoria; e um valor-verdade (imaterial) por ser “intangível, inapropriável, não-cambiável, e inconsumível”. Estas duas lógicas diferentes estão ligadas à natureza dupla do livro, conforme visto no decorrer do progresso das civilizações, tendendo assim a se oporem como se fossem duas realidades contraditórias, e exigindo diferentes formas de regulação e direitos de propriedade; logo poderíamos pensar a famosa Biblioteca de Alexandria na antiguidade como representante dessas realidades contraditórias. A antiga Biblioteca de Alexandria poderia expressar a primeira das realidades ao tornar-se um mito de biblioteca universal, pretendendo reunir num só lugar todo o conhecimento produzido no mundo. Trata-se de um propósito de acumulação, apropriação e troca que só faria sentido numa lógica da mercadoria. Nas palavras de Namer (1987), a biblioteca de Alexandria revelava uma “memória cumulativa dos saberes das elites do poder”, já que o saber ali armazenado era restrito ao rei, seus descendentes, sábios e eruditos.

Ao se analisar a Biblioteca de Alexandria segundo esta concepção de Tarde (1902) ver-se-á uma “possibilidade da apropriação exclusiva da produção dos conhecimentos” [...] por um “pequeno grupo de eleitos”. A Biblioteca de Alexandria era uma biblioteca de Estado, mas sem público, como explica Jacob (2000). Ela era restrita a uma minoria de eruditos que tinha acesso à memória do saber registrada e depositada nas estantes, sendo sua finalidade a acumulação e não a difusão do saber para educar a sociedade. Havia neste caso um uso da



biblioteca como instrumento de dominação, conforme Canfora (1988, p. 28) explicita: “assim nasceram bibliotecas reais em todas as capitais helênicas: não apenas como fator de prestígio, mas também como instrumento de dominação” cultural e lingüística, onde o saber se encontra claramente a serviço do poder. Este processo de apropriação exclusiva dos conhecimentos como mostrado por Tarde (1902) estaria ligado à “materialização do conhecimento em uma mercadoria”; no caso de Alexandria, seriam os milhares de rolos de papiro dispostos nas estantes e com acesso restrito a uma minoria erudita. O conhecimento era acumulado e compartilhado pelo seletivo grupo que o apreendia e o transformava em novos conhecimentos a partir dos estudos na biblioteca. Ora, o que está em questão na apreensão e na transformação dos conhecimentos é a memória, pois sem ela nenhum desses processos seria possível. Isso talvez justifique a hipótese de Tarde (1902) quando diz que a apropriação exclusiva do conhecimento não seria realizável, ao menos no todo, porque implicaria na inexistência de uma “função essencial de nosso espírito, a memória”. Tal justificativa levaria ao fato do conhecimento ser inapropriável, não-cambiável e inconsumível, e explicado pela relação cooperativa entre cérebros e pela memória. Afinal, a memória é justamente a função que é “capaz de dar e reter ao mesmo tempo”, sem que com isso ocorra uma perda, mas sim um compartilhamento, uma “adição recíproca” que indicaria assim a faculdade daquele que participa da produção e da troca de dar e reter ao mesmo tempo. Por adição recíproca e emanação entende-se que não há sacrifício, perda, há sim uma reciprocidade, uma troca de conhecimentos, onde quem dá não está se despojando, mas contribuindo para a produção de novos conhecimentos.

Considerações finais

A relação de cooperação entre os sábios que freqüentavam a Biblioteca de Alexandria nos direciona à Tarde (1902, p. 89) quando diz que “o fato de os conhecimentos serem inapropriáveis, não-cambiáveis e inconsumíveis” somente seria explicado através dessa relação de cooperação “entre cérebros e pela memória”, pois apenas “ela é capaz de dar e reter ao mesmo tempo”. Assim, a cooperação de conhecimentos realizada no antigo centro de saber, seja através da reelaboração, de traduções e cópias, seja por meio de uns poucos alunos que eram ensinados, poderia indicar que a memória conteria em si o instrumento, a matéria-prima e a energia necessários à produção e reprodução dos conhecimentos. Instrumento este necessário para que as sociedades se desenvolvam, no entanto sabe-se que apesar da



importância da escrita, os egípcios não alcançaram prestígio por meio de “uma história discursiva ou analítica”, nem houve a “criação de uma epopéia oral própria”, muito menos de “escrituras sagradas”. Tal falta manteve os egípcios numa posição intermediária comum, de forma que sua sociedade foi ajudada pela capacidade de ler e escrever, porém não foi transformada por ela (FISCHER, 2006, p. 35). Em outras palavras, os usos da leitura e da escrita, assim como o controle de informações utilizado pelos egípcios poderiam indicar uma possibilidade de compreensão desta civilização e das formas de exercício de poder ali praticadas, visto que o controle da informação e da comunicação são fundamentais formas de exercício de poder.

Referências:

BAINES, John. Literacy and ancient Egyptian Society.

BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 351 p.

CANFORA, Luciano. A biblioteca desaparecida: histórias da Biblioteca de Alexandria. Tradução Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 195 p.

DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Teresa; MORAES, Nilson (Orgs.). *Memória e construções de identidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001. p. 59-66.

FINLEY, M. I. *Os gregos antigos*. Lisboa: Edições 70, 1988. 179 p.

FISCHER, Steven Roger. História da leitura. Tradução Claudia Freire. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. 337 p.

FLOWER, Derek. Biblioteca de Alexandria: as histórias da maior biblioteca da antiguidade. Tradução Otacílio Nunes e Valter Ponte. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. 215 p.

JACOB, Christian. Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: BARATIN, Marc; JACOB, Christian (Dir.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. Tradução Marcela Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 45-73.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1994. 553 p.

LÉVÊQUE, Pierre. *Impérios e barbáries: do século III a.C. ao século I d.C.* Tradução Ana Maria Rabaça. Tradução Artur Morão. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1979. 336 p.



MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Tradução Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: J. Zahar, c1991. 158 p.

NAMER, Gérard. Les institutions de mémoire culturelle. In: _____. *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

NEGRI, Toni; HARDT, Michael. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

PLUTARCO. Alexandre. In: _____. *Vidas*. Tradução Jaime Bruna. São Paulo: Cultrix, [198-?]. p. 138-199.

TARDE, Gabriel. *La psychologie économique*. Paris: Félix Alcan, 1902.

TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Tradução Waltensir Dutra. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1975. 234 p.

YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Tradução Marie-Anne Kramer. Belo Horizonte, MG: EdUFMG, 2004. 615 p.